



Senado discute permissão para militares acumularem cargos

Jonas Pereira/Agência Senado — 19/3/2019



Plenário deve começar a discussão, em primeiro turno, de proposta para agilizar o andamento de iniciativas populares

Pauta desta semana tem também proposta que agiliza a tramitação de projetos de iniciativa popular e emenda a projeto que dispensa publicação de editais por empresas fechadas

A proposta que permite a militares a acumulação do cargo com as funções de professor ou profissional de saúde deve ser discutida nesta semana pelo Plenário do Senado. Também está em pauta a PEC que dá mais agilidade à tramitação de projetos de iniciativa popular. Está prevista para hoje a primeira sessão de discussão em primeiro turno.

A ideia do autor da PEC, senador Reguffe, é que esses projetos passem a trancar a pauta do Senado e da Câmara dos Deputados caso não sejam analisados

em 45 dias. Dessa forma, todas as deliberações do Congresso ficariam suspensas até a conclusão da votação das propostas populares, como já acontece com as medidas provisórias, que são editadas pelo Executivo.

Durante a semana também deve avançar a discussão da emenda da Câmara a projeto que dispensa empresas sem ações na bolsa, com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 10 milhões, de publicar balanços e editais de convocação de assembleia geral. **3**



Pessoas em situação de rua estão fora das estatísticas

Uma das consequências mais graves das crises econômicas é o desemprego e, com ele, o aumento do número de pessoas vivendo nas ruas. Pesquisas apontam que existem hoje no Brasil 12 milhões de desempregados. Mas não há dados atualizados sobre a população de rua. Isso torna mais difícil

ainda ajudar quem está nessa situação. Estima-se que menos da metade da população de rua faça parte do Cadastro Único de Programas Sociais. O tema preocupa senadores, que querem a consolidação de mecanismos censitários para possibilitar a criação de políticas públicas mais efetivas. **4**



Em 2008, só 11,5% da população de rua recebia algum benefício social

Roveno Roso/Agência Brasil

Para especialistas, reforma da Previdência prejudica pobres

Parte significativa dos recursos orçamentários que deverão ser economizados caso a proposta do governo que altera regras para aposentadoria seja aprovada virá do Regime Geral de Previdência Social e do Benefício de Presta-

ção Continuada. Essa foi uma das conclusões da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. O colegiado volta a discutir as mudanças hoje, com foco no regime de capitalização e nas perdas na aposentadoria. **2**



Eduardo Girão e Styvenson Valentim na Comissão de Direitos Humanos ontem



Reprodução

O Senado entrega hoje, em sessão no Plenário, o Diploma Bertha Lutz a 23 pessoas que se destacaram em defesa dos direitos da mulher. A lista de agraciadas inclui juízas, artistas e produtoras artesanais. Entre as homenageadas *in memoriam*, estão a vereadora assassinada do Rio de Janeiro Marielle Franco, a atriz Bibi Ferreira e a tenista Maria Esther Bueno.

Ministro participa de debate na Comissão de Infraestrutura

A Comissão de Infraestrutura debaterá hoje, com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, os projetos prioritários da pasta. O ministro defende a redução das tarifas de energia elétrica e o reforço estratégico à energia

nuclear, além da revisão de políticas de exploração do pré-sal.

Antes da audiência, a comissão deverá votar requerimentos, como o que convida o ministro da Educação, Vêlez Rodríguez, a participar de debate. **3**

Davi: CPI sobre tribunais deve ter decisão hoje **2**

Municípios podem receber verbas do fundo antidroga **2**

Ensino de literatura de cordel pode ser obrigatório **2**

Comissão analisa MP que extingue empresa espacial **3**

Audiência discute prevenção ao câncer colorretal **3**

Plenário analisa autorização para militar acumular cargos

Também está na pauta desta semana a proposta que torna mais ágil a tramitação de projetos de iniciativa popular, que passariam a seguir no Congresso rito similar ao das medidas provisórias

O PLENÁRIO DEVE promover nesta semana sessões de discussão da proposta que permite a militares estaduais a acumulação do cargo com as funções de professor ou profissional de saúde, se houver compatibilidade de horários. O relator da PEC 141/2015, do ex-deputado Alberto Fraga, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi Antonio Anastasia (PSDB-MG).

O senador apresentou uma emenda ao texto da Câmara: na hipótese de acumulação com cargo civil, o militar tem que dar prioridade à atividade no quartel. Em todos os casos, os profissionais que acumulam funções devem respeitar o teto de remuneração no serviço público. Nos estados e no Distrito Federal, esse limite é o salário do governador.

Também deve começar a ser discutida hoje, em primeiro turno, a proposta que busca dar mais agilidade à tramitação de projetos de iniciativa popular (PEC 8/2016). O objetivo do autor, senador Reguffe (sem partido-DF), é incentivar a apresentação dessas propostas.

Pelo texto, os projetos de iniciativa popular passarão

a trancar a pauta do Senado e da Câmara caso não sejam analisados em 45 dias. Dessa forma, todas as deliberações do Congresso ficariam suspensas até a conclusão da votação.

Os projetos de iniciativa popular precisam contar com a assinatura de, no mínimo, 1% do eleitorado nacional distribuído por pelo menos cinco estados. Atualmente esse número é de cerca de 1,5 milhão de cidadãos. Na CCJ, a proposta recebeu parecer favorável do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). No Plenário, deve ser aprovada em dois turnos, por pelo menos três quintos dos senadores, antes de seguir para a Câmara.

Também deve ser analisada pelos senadores emenda da Câmara (ECD 3/2018) ao PLS 286/2015, do ex-senador Ronaldo Caiado, que dispensa as companhias fechadas, com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 10 milhões, de publicar balanços e edital para convocar assembleia geral de acionistas.

Hoje, a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404, de 1976) somente dispensa a publicação dos documentos de empresas com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 1 milhão. O texto precisa passar por mais três sessões de debates antes de ser votado em primeiro turno.



Anastasia foi relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça

Marcos Oliveira/Agência Senado

Colegiado debate cursos a distância irregulares

A situação dos alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares será debatida hoje pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Depois de anos pagando mensalidades, os estudantes não conseguem registrar seus diplomas de conclusão de curso, explicou Rodrigo Cunha (PSDB-AL), que preside a CTFC

e propôs a audiência.

Segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), em 2004 o Brasil tinha 60 mil alunos matriculados nessa modalidade. Em 2016, já havia 1,5 milhão de matrículas. Mesmo com o rápido crescimento do setor, algumas instituições não observam os critérios previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e muitas fazem publicidade abusiva, avalia o senador.

Foram convidados o conselheiro da Abed Welinton Baxto da Silva, o líder do Movimento Diploma Legal, João Victor Catunda, a vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Elisabeth Guedes, o presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, Ricardo Holz e representantes dos Ministérios da Educação e da Justiça, e do Ministério Público.

Mailza apresenta projeto contra fraude em cotas femininas nas eleições

A senadora Mailza Gomes (PP-AC) anunciou ontem em Plenário a apresentação de proposta que muda a legislação eleitoral para incentivar as candidaturas femininas e combater as fraudes na cota de gênero.

O projeto da senadora (PL 1.541/2019) torna mais rigorosa a punição para o descumprimento da norma que prevê que os partidos dediquem ao menos 30% das candidaturas para o gênero menos representado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Reguffe condena transferência da cúpula do PCC para Brasília

O senador Reguffe (sem partido-DF) criticou em Plenário a decisão de transferir para o Distrito Federal a cúpula da facção criminosa PCC. Para ele, é uma "decisão insana" levar para a capital os chefes de uma das maiores organizações criminosas do país.

— Como é que se pode pensar numa solução como essa? Isso não tem paralelo no mundo! Não se traz para a capital do país a cúpula de uma organização criminosa.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Desavenças públicas entre autoridades geram instabilidade, diz Kajuru

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) criticou a atitude do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, de expor sua divergência com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Para Kajuru, é dever dos representantes evitar "trepidações" que possam prejudicar o ambiente político.

— Lamento que divergências que poderiam ser resolvidas por meio do diálogo ou de mediações políticas, de forma discreta, tenham sido levadas a público — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Confúcio critica condições de ensino e pede mais apoio aos professores

Confúcio Moura (MDB-RO) criticou as condições do ensino e a atuação dos sindicatos, que, segundo ele, estimulam greves em vez de ajudar os professores e fiscalizar a qualidade da educação.

— Diante de tantas dificuldades, surge o trabalho dos sindicatos, que basicamente centram fogo no dinheiro e no convencimento dos professores para as greves, na baixa produtividade, aproveitando essas fraquezas para a conclamação ao grevismo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ministro de Minas e Energia vai apresentar projetos a colegiado

A Comissão de Infraestrutura (CI) promove hoje, a partir das 10h, audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para debater os programas da pasta.

Ele defende a redução das tarifas de energia elétrica e o reforço estratégico à energia nuclear, além da revisão das políticas de exploração do pré-sal. O ministério também definiu como prioritários projetos nas áreas de gás natural e biocombustíveis.

Antes da audiência, a comissão deverá votar três requerimentos, entre eles o que convida o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, e o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Carlos Alberto Decotelli da Silva, para prestarem esclarecimentos a respeito de obras inacabadas de creches e pré-escolas no país. O requerimento é do senador Weverton (PDT-MA).

Comissão mista discute MP que extingue empresa espacial

A comissão mista da medida provisória que extingue a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (MP 858/2018) promove audiência pública hoje com representantes dos Ministérios da Defesa e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, além do Comando da Aeronáutica e da Agência Espacial Brasileira.

A empresa binacional foi criada em parceria com o governo ucraniano para explorar comercialmente o

lançamento de satélites a partir da base de Alcântara (MA).

A edição da MP 858 ocorreu após o Brasil sair do Tratado sobre a Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4, assinado pelos dois países em 2003.

Na época, a intenção era usar o centro de Alcântara para enviar satélites brasileiros, ucranianos e de outros países ao espaço, cobrando pelo serviço.

Prevenção do câncer colorretal é tema de audiência pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove hoje audiência pública interativa sobre o tema "Câncer colorretal: ações e políticas para prevenção, diagnóstico e tratamento".

Para o debate, que começará às 14h, foram convidados a presidente do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz, o professor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp André Sasse, o fundador do Instituto Vencer o Câncer, Fernando Maluf,

o ex-presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica Gustavo Fernandes e um representante do Ministério da Saúde.

O câncer colorretal também é conhecido como câncer de cólon e reto ou câncer do intestino grosso, sendo o segundo mais incidente em mulheres e terceiro em homens. Quando diagnosticado em estágio inicial, há um aumento das chances de cura ou de sobrevivência dos pacientes.

Brasil não sabe quem são os moradores de rua

País tem 54,8 milhões de pessoas vivendo com R\$ 406 ou menos por mês, mas faltam estatísticas consistentes e políticas públicas adequadas à população que não tem um lar

Reportagem: Diana Bispo, sob supervisão de Cíntia Sasse
Edição: Maurício Müller

É CONSENSO ENTRE estudiosos que crises econômicas graves e prolongadas estimulam o aumento da população sem emprego e moradia disposta a ocupar calçadas, viadutos e praças. Especialmente quando há muita gente abaixo da linha da pobreza e as políticas de assistência e promoção social são inexistentes ou falhas. Num país como o Brasil, abatido por crises econômicas e por políticas públicas frágeis, com 12 milhões de desempregados e 54,8 milhões de cidadãos dispostos de R\$ 406 ou menos mensais, a impressão que se tem é que a chamada população em situação de rua só vem aumentando.

O recurso a avaliações especulativas, com base no que se vê no ambiente urbano e às margens de rodovias, decorre do fato de o IBGE não ter um programa de contagem e classificação dos moradores de rua. Os levantamentos estatísticos desse problema são esporádicos, localizados e obedecem a metodologias distintas entre si, além de pouco consolidadas.

Na ausência de averiguações, torna-se mais difícil implementar medidas que devolvam esses brasileiros à plena cidadania. É o que defendem, por exemplo, os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Flávio Arns (Rede-PR).

Paim menciona um estudo de 2016, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a partir de dados disponibilizados por 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas), que estimou em cerca de 102 mil pessoas a população de rua em 2016.

— Tem que traçar um perfil claro e oferecer tratamento para muita gente drogada nas ruas, encaminhar as pessoas para serviços sociais, criar programas de habitação, como aquele do aluguel social, capacitar as pessoas com o mínimo de preparação para entrarem no mercado de trabalho.

Em discurso pronunciado no dia 21 de fevereiro, Arns

apontou outra estimativa alarmante do Ipea: apenas 47% da população de rua estava no Cadastro Único de Programas Sociais.

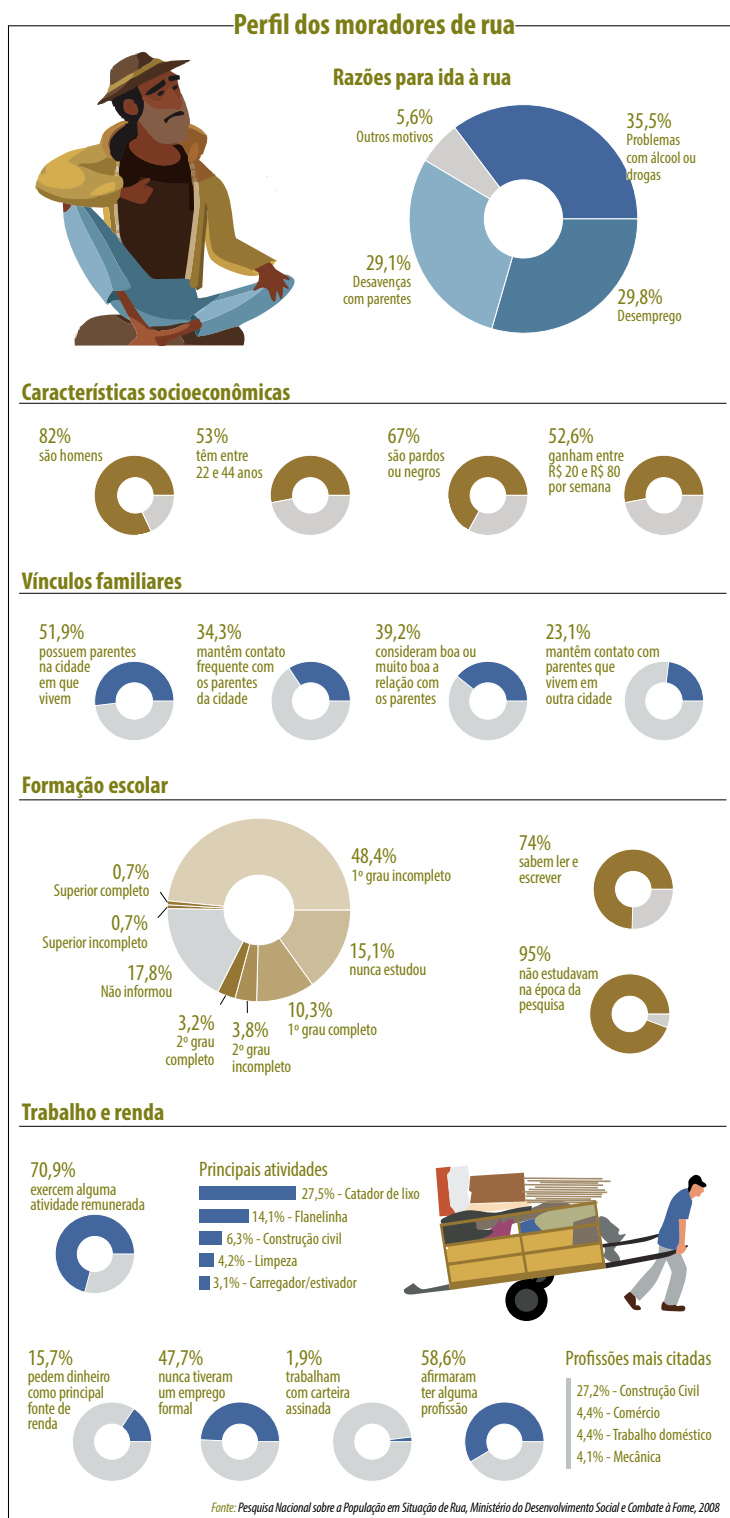
— Para ter uma política pública bem definida, em vez de eu falar unicamente, devemos ouvir profissionais da mais alta qualidade, educadores que inclusive moram junto com o povo de rua, os profissionais de saúde que os atendem e entidades sociais, religiosas ou não, que também se dedicam a isso — disse o senador.

A primeira e única pesquisa ampla sobre a população de rua foi realizada entre 2007 e 2008 pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social, mas não atingiu todo o território nacional. O levantamento avaliou um público composto por pessoas com 18 anos completos ou mais e abrangeu 71 cidades, sendo 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais. Foram detectados 31.922 adultos em situação de rua. Somando-se os resultados de pesquisas feitas à parte em São Paulo, Belo Horizonte e Recife, o contingente aumentou para 44.125.

Perfil heterogêneo

Graças a esse estudo, foi possível traçar um perfil heterogêneo da população de rua levando em conta idade, gênero, cor da pele, formação escolar, razões para a vida fora de casa. Constatou-se, entre outros aspectos, que 69,6% deles dormem na rua, 22,1% em albergues e 8,3% alternam entre a rua e os albergues. Quanto à alimentação, 79,6% conseguem fazer pelo menos uma refeição por dia, mas apenas 27,4% compram comida com o próprio dinheiro.

A inclusão da população de rua no censo do IBGE deve ficar para depois de 2020, por dois motivos: o órgão está enfrentando dificuldades orçamentárias até para realizar o censo dos brasileiros domiciliados e os técnicos do instituto ainda quebram a cabeça para chegar a uma metodologia capaz de medir os contornos de um grupo que tem localização incerta, é encontrável mais no período noturno e requer



abordagem especializada por equipes treinadas, em razão do número de usuários de entorpecentes e com transtornos mentais. De acordo com a assessoria de imprensa do IBGE, o assunto ainda está sendo debatido tecnicamente, mas o que se desenha, além dos levantamentos que são usuais em moradias coletivas, como os albergues, é o mapeamento das zonas urbanas com a presença da população de rua.

— Nós entendemos a complexidade de se fazer esse censo, e estamos debatendo caminhos com o IBGE, mas o fato é que a população de rua não pode continuar excluída. Uma metodologia tem de ser desenvolvida — diz o secretário-geral de Articulação da Defensoria Pública da União, Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira.

O decreto 7.053, de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, já indicava a importância do mapeamento

para implementação de políticas públicas destinadas a essa parcela dos brasileiros. A política é considerada um marco na luta pelos direitos da população de rua por ter estabelecido as diretrizes para garantir direitos, entre os quais a dignidade.

Visibilidade

A melhoria dos levantamentos estatísticos dará visibilidade a pessoas como Leonildo José Monteiro, de 42 anos, que morou por muitos anos nas ruas em cidades de diferentes estados como Paraná, Mato Grosso e São Paulo. Foi viver na rua pela primeira vez quando tinha ainda apenas 10 anos, fugindo do pai violento, e acabou voltando para casa. Estudou e assim que se formou em zootecnia, aos 18 anos, deixou o pequeno município de Aripuanã (MT).

No Paraná Leonildo dormiu embaixo de marquises, mas desde de 2013 tem sua casa própria graças ao programa habitacional de Curitiba cujo foco é a população vulnerável.

— Quando você tem um CEP você pode arrumar um emprego, acessar a saúde. Quando você não tem uma moradia, um comprovante de endereço, barram você em muitos lugares, as portas se fecham. As pessoas nem dão emprego se você está dentro do albergue. Existe muito preconceito.

Um dos aspectos vitais das políticas almeçadas é a proteção a um grupo social que vive à mercê de todo o tipo de violência. No ano passado, o Disque 100, o aplicativo Proteja Brasil e a Ouvidoria do então Ministério dos Direitos Humanos contabilizaram aproximadamente 900 denúncias, com destaque para negligência e violência psicológica, institucional e física.

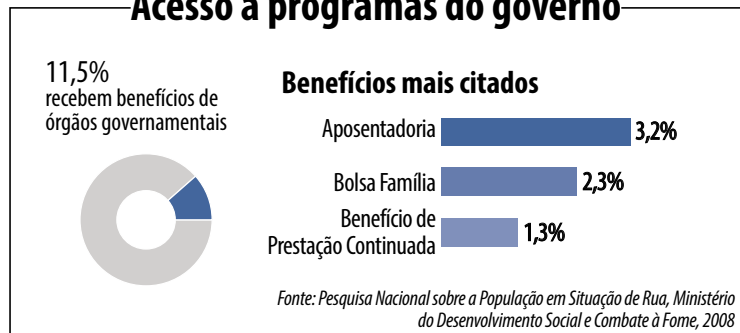
Envenenamento

Durante seminário realizado no ano passado em Brasília pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, a representante da Pastoral Nacional do Povo da Rua, Cristina Bove, relembrou o caso de horror vivido em 2011 por oito moradores de Belo Horizonte envenenados com chumbinho numa tentativa de homicídio mal sucedida, mas cujos autores jamais foram descobertos.

Para suprir as falhas da política estabelecida pelo decreto em 2009, tramitam no Congresso projetos como o PL 6.802/2006, de Paim, que prevê a substituição do arcabouço legal do decreto por um programa abrangente de inclusão social com medidas assistenciais e oportunidades de qualificação profissional, financiado pelo Fundo de Combate à Pobreza. O texto, que autoriza o Executivo a implementar a política, está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Paim também é relator, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do PLS 328/2015, do senador Telmário Mota (Pros-RR), que regulamenta a profissão de educador social para atuar diretamente no resgate da população de rua e de pessoas vulneráveis. E o PLC 130/2017, do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), reserva 2% das vagas em obras e serviços a trabalhadores em situação de rua. O projeto tramita na CCJ do Senado.

Acesso a programas do governo



Saiba Mais

Direitos Humanos

<http://bit.ly/PopulacaoRuaMDH>

Ipea

<http://bit.ly/pesquisaMoradoresRua>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania